

A Educação Ambiental no contexto lusófono: o caso Cabo-Verdiano

Aidil Borges

Membro do Equipo Pedagógico Nacional do programa de Educação Ambiental na Rexión do Sahel (África Subsahariana). Ministerio de Medio Ambiente de Cabo Verde

A Educação Ambiental no espaço lusófono

O espaço lusófono caracteriza-se por uma grande variedade de contextos e de âmbitos geograficamente diversificados que em função do seu estágio de desenvolvimento determina a evolução da experiência de Educação Ambiental (EA) nesses países ou regiões onde se encontram perfilados. Logo, a evolução da EA apresenta-se bastante disforme dada a diversidade típica dos vários espaços que caracterizam o mundo lusófono apesar de serem pertença de um contexto comum do ponto de vista linguístico histórico e cultural.

Entenderia assim, a EA no espaço lusófono em três estádios distintos de evolução, conforme tentaremos caracterizar mais à frente.

No processo geral da evolução conceitual da EA existe um certo distanciamento na contextualização da questão ambiental no espaço lusófono se caracterizarmos a evolução da EA, desde há três últimas décadas onde os avanços verificados neste campo foram cruciais para a consolidação do conceito de EA dentro de uma perspectiva de Desenvolvimento Sustentável. Este é um elemento importante para as transformações que ocorreram na nossa sociedade, provocando mudanças estruturais profundas em termos de desenvolvimento, principalmente nos dois lados do Atlântico, que eu caracterizaria como o contexto europeu, com destaque para o caso português e o galego, e do outro lado, o contexto latino americano – o caso brasileiro. Pode-se, considerar que dentro destes parâmetros, os países lu-

sófonos africanos (PALOPs), encontram-se em estádios de desenvolvimento bastante incipiente, onde praticamente tudo está por se fazer neste campo.

Portanto, apesar desse novo experimento de aproximação das experiências de EA no espaço lusófono, convém sempre ter presente as diferenças que separam os contextos onde esses grupos de países e regiões lusófonos se encontram inseridos.

A EA na Europa conheceu o seu desenvolvimento mais importante na Conferencia de Tbilissi, onde os objectivos da mesma extravasaram o campo meramente físico e estenderam-se ao campo afectivo. O conceito de EA passou a ser assumida como conteúdo da prática de Educação virada para a prevenção e resolução de problemas concretos relacionados com o Meio Ambiente de forma interdisciplinar, participativa, activa, responsável individual e colectivamente.

Dez anos depois, aconteceu o Congresso de Moscovo com o intuito de revisar as políticas de EA e projectar um plano de acção para a década de noventa. A operacionalização dessas reflexões contribuiu para o desenvolvimento de planos estratégicos que concorreram para o fortalecimento de orientações viradas para o desenvolvimento da EA adaptados aos novos problemas.

Paralelamente, também a experiência brasileira, inserida no contexto latino-americano tem conhecido evolução desde a Conferencia de Tbilissi que proporcionou o aparecimento de uma identidade própria da concepção ambiental na América Latina e no Caribe. Este conceito foi sedimentado durante a década de 80 após a Conferencia de Moscovo com o aparecimento da Rede de Formação Ambiental para a Região, sob o patrocínio do PNUMA e UNESCO que veio a culminar com vários encontros internacionais, donde saíram documentos importantes como “As dez Teses sobre o Meio Ambiente” na América Latina e a carta de Bogotá que clamava para uma redefinição do papel da universidade como parceira na implementação dos pressupostos ambientais nos programas e pesquisas.

No espaço lusófono africano existem várias tendências e contextos diferenciados que marcam cada uma das realidades em função das suas zonas geográficas de influência nomeadamente o espaço saheliano para os países localizados no oeste africano de influencia árabe – francófona, o espaço centro – africano e o espaço sul – oriental – africano, maioritariamente de influencia anglófona.

Contudo, é importante assinalar que a nível do continente não existe um marco referencial que norteasse a política ambiental de forma assumida pelos estados membros de molde universalista com um

posicionamento próprio como acontece na América latina, preocupada em fazer uma profunda reflexão sobre as grandes questões que mexem com a vida das populações e impeçam o desenvolvimento harmonioso dos estados africanos, apesar de a EA passar a ser assumida como conteúdo da prática de Educação após a década de noventa. No entanto, as questões ambientais abordadas são feitas de forma marginal sem contudo ter a preocupação de chegar à origem dos problemas.

Até o momento actual ainda não existem condições favoráveis para o desenvolvimento de um pensamento ambiental próprio no continente africano que proporcionasse o aparecimento de uma rede de contactos e de formação Ambiental para as diferentes regiões e susceptíveis de proporcionar encontros intra – continental e internacional, partilhar experiências e produção de documentos, parcerias e redefinição do papel da EA no desenvolvimento sustentável das sociedades africanas. O caso cabo-verdiano insere-se no espaço saheliano, efeito da sua localização na africa ocidental junto ao deserto do Sahara.

A Experiência da EA em Cabo Verde

A evolução da questão ambiental em Cabo Verde passou por três grandes fases sempre de forma integrada no contexto da região saheliana.

Primeira fase – anos setenta (APRENDER A LIDAR COM O PROBLEMA)

Caracterizamos esta fase como uma fase de aprendizagem frente a um grave problema ambiental agravada com a crise dos anos setenta. Corresponde a uma década assinalada pela incessante luta contra a seca e a desertificação nessa região assolada por uma estiagem persistente e secas cíclicas de vários anos que dizimou culturas, muitas vidas humanas e dos animais dessa região, transformando toda a terra em pó com graves conseqüências para impactos ambientais negativos, contrastados com grandes problemas demográficos, a miséria humana de grande parte da população e uma gritante degradação económica e social. Se bem que este cenário tem sido o retrato fiel dos últimos trinta anos nesta região do continente.

A protecção do ambiente refugiava-se nos moldes tradicionais ou mesmo rudimentares como forma que os sahelianos encontraram para debelarem do flagelo da seca e da desertificação, alternando a prática

agrícola com a pastorícia no entorno de um ecossistema muito frágil.

Segunda fase – anos noventa (ALCANÇAR A MUDANÇA COMPORTAMENTAL)

É o momento do surgimento da EA na região da África Saheliana. Esta fase marca uma nova era para esta região e ao mesmo tempo uma era de aprendizagem e de experimentação na forma de se relacionar com o ambiente e as questões ambientais. A introdução de EA no sistema educativo de forma quase que institucionalizada, marca portanto, uma viragem na estratégia de lidar contra as contrariedades ambientais típicas dessa região, passando para o campo pedagógico com vista a alcançar uma mudança comportamental.

O programa de EA, implementado durante a década de noventa, tinha carácter regional e se enformava para uma mudança de comportamento apostada na ruptura com o passado e nos procedimentos tradicionais e propunha como princípio, a alteração dos comportamentos, valores e atitudes, com base no conhecimento e na sensibilização através dos sistemas educativos nacionais, transformando os alunos num veículo de opinião e no reforçar as capacidades de gestão dos recursos naturais no Sahel.

O princípio básico deste programa era a introdução e inclusão da EA nos planos de estudos em níveis de ensino básico, valorizando a qualificação de pessoal adequado a esse ensino e a elaboração de material didáctico. Preconizava ainda o envolvimento de meios de comunicação de massas nessa tarefa. Propôs-se um conjunto de objectivos que acabaram por eclodir na definição de um marco referencial de estratégias para o desenvolvimento de EA estandardizado de forma a ser adoptado facilmente por qualquer país ou estado dessa região.

Terceira fase – a partir da década de 2000 (A PROCURA DA SUSTENTABILIDADE)

Esta fase marca o período de consolidação do conceito de EA dentro de uma perspectiva de Desenvolvimento Sustentável. Neste contexto, a EA passa a ser assumida como um projecto educativo, portanto, o momento a partir do qual começa-se a pensar numa educação “para” o ambiente e não só “a partir” do ambiente. É a fase pós do programa regional ambiental saheliano o PFIE (programme de Formation et d’Information pour l’Environnement),

É importante precisar que no início da década de 2000 até 2004, momento da preparação do Plano Ambiental Intersectorial (PAIS) – educação, no âmbito do Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente

PANA II, que cobre o horizonte de 2004-2014, não houve um vazio porque o término do programa regional saheliano coincidiu com a institucionalização da EA no sistema educativo nacional, infelizmente só no Ensino de Base, deixando os restantes níveis de ensino a descoberto no que toca às questões ambientais.

Os Planos Intersectoriais passaram a ser elaborados numa visão do Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde, de forma integrada, evitando a sobreposição de actividades e a dispersão na utilização dos recursos financeiros e humanos na implementação das mesmas acções. Há ganhos inegáveis obtidos nesta fase em relação à anterior se atentamente observarmos o actual plano, que mais do que sensibilização e informação às pessoas, os actuais planos, são abrangentes a todos os níveis de formação e da sociedade civil, passando a reflectir na sua essência, as grandes preocupações da população, a busca de soluções para os problemas ambientais existentes, atendendo às necessidades humanas procurando o bem-estar social de todos sempre numa perspectiva de sustentabilidade dos recursos naturais e do equilíbrio ecológico. Contudo, as metas a alcançar na sua implementação é um dos maiores desafios que temos pela frente.

Bibliografia

- BORGES, Aidil (2000) *Education Environnementale au Sahel : le cas spécifique du Cap Vert*, PFIE, Praia
- BORGES, Aidil (2006) *A Experiência Cabo-verdiana em EA*, Joinville, Brasil.
- MAAP – (2004): *Plano Ambiental Intersectorial (PAIS – Educação)*, Praia – Cabo Verde 75 p.
- MAAP – (2003) *Plano Nacional para o Ambiente*, Praia – Cabo Verde
- PFIE, *Relatórios e documentos do projecto*, Praia – Cabo Verde